

AS HUMANIDADES NO ENSINO PRÉ-UNIVERSITÁRIO

CRÓNICA DE UMA EXCLUSÃO ANUNCIADA

Há cerca de dois anos, passavam duas telenovelas à mesma hora, nas televisões nacionais de maior audiência, os *Morangos com açúcar*, na TVI, série de produção nacional ainda hoje popular entre os jovens, e a *Malhação*, novela brasileira da Globo, na SIC. As duas concorrendo no mesmo segmento de mercado, tinham um enredo semelhante: a vida familiar, afectiva e escolar de jovens de classe média, na maioria, em ambiente urbano, bem vestido e saudável. Nas duas, pela mesma altura, um apontamento de conteúdo semelhante ficou-me gravado na memória: Em *Morangos com açúcar*, surgia uma família a tomar uma refeição à mesa. Era uma família em crise, pela diferença de personalidades dos pais. O pai, um tecnocrata com a mania da perfeição e os complexos do *status*, levemente antiquado, e a mãe, próxima e amistosa com os filhos, atenta à actualidade e flexível, mas infeliz e submetida à tirania do marido. O pai, com um livro na mão, declama um soneto de Camões para as suas duas filhas adolescentes “*Um mover de olhos, brando e piedoso*”. As suas filhas, enfadadas mas submissas, são salvas pela intervenção da mãe que acusa o pai de estar a massacrar as meninas com coisas que não interessam nada. O pai afirma a sua autoridade, dizendo que no seu tempo todos conheciam de cor alguns poemas de Camões, e que assim devia ser hoje. A mãe permite às meninas que saiam da mesa, e que vão para os seus colégios aprender o que na verdade interessava.

O poema de Camões prestou-se à caracterização de um vilão. Ora, a popularidade das novelas promove-se pela adesão à cultura e às expectativas do receptor, e este acharia natural colar a imagem de um pai execrável e de comportamento duvidoso a um poema de Camões, também ele seródio, emergindo de um Portugal que não está na moda.

Em *Malhação*, um jovem morre de acidente de mota ao sair de uma festa, e os seus colegas e familiares homenageiam-no com cerimónias fúnebres sentidas. Um deles recita, em voz alta e silêncio absoluto dos ouvintes, o poema de Pessoa “*No dia em que celebravam o dia dos meus*

anos”. Todos, respeitosamente e comovidamente, compreendem a evocação do poema na sua toada nostálgica de uma juventude inocente que, de uma maneira natural ou abrupta, como era o caso do jovem acidentado, morre. A série tinha um grande sucesso entre o público juvenil brasileiro, os milhões que o compõem, mas em Portugal não resistiu à concorrência de *Morangos com açúcar*.

Há uns meses, passou uma reportagem sobre um jovem português de onze anos, Miguel Oliveira, campeão mundial de motociclismo. Descrito como um aluno exemplar, a câmara acompanha-o a uma aula de história, na qual a professora confirma as qualidades do jovem. A professora continua a aula e pergunta aos seus alunos quais foram os povos que habitaram a Península Ibérica: “ - *Primeiro vieram os iberos, e depois? –Os romanos!* (respondem os meninos em coro) “- *Muito bem! E depois dos romanos vieram...? – Os árabes!* (responde o coro) - *Muito bem!* (replica a professora) – *até Portugal ser fundado por D. Afonso Henriques, viveram entre nós os iberos, os romanos e os árabes...*”. A esta “barbaridade” (ou ausência dela) não se seguiu nenhuma reacção que pretendesse corrigir a professora, e, desta forma, o jovem Miguel Oliveira, que quer ser médico e trabalha afincadamente para tal, ficou com um buraco na História da península ibérica de três séculos, ou seja, por um passe de mágica, desapareceram suevos, vândalos e visigodos, e mesmo o reino cristão de Leão.

Estes retalhos da vida dos nossos jovens ficaram-nos na memória por mostrarem o modo deplorável como, no geral, os portugueses convivem com a sua história e com a sua cultura. Todos nos comovemos quando um não português e um não lusófono dão mostras de se interessar ou apreciar algo da nossa cultura, mas constantemente desconsideramos e remetemos o nosso património cultural, histórico e literário para um conveniente silêncio.

Mais razões de inquietação temos se verificarmos que estes exemplos, que poderiam ser reproduzidos à exaustão e representam um quadro nacional espontâneo, encontram a sua correspondência nas atitudes e comportamentos de quem planifica e programa a educação nacional para o ensino não universitário, ou seja, nas várias instâncias do Ministério da Educação. Na verdade, esta desvalorização das humanidades no geral, e das humanidades clássicas em particular, começa já nos planos directivos ministeriais actualmente em vigor.

E se a população, em geral espontaneamente, tende a rejeitar tudo o que não diga respeito ao nosso admirável mundo novo da contemporaneidade, já dos nossos gestores educativos não poderemos dizer o mesmo, na medida em

que as suas decisões são antecedidas de estudos, consultas e avaliações. Há toda uma sabedoria que, pondo em acção uma política educativa, cumpre um projecto concertado e coerente nas partes que o compõem.

A pobreza da oferta educativa pública pré-universitária para a área das humanidades só não provocou ondas de choque sonoras porque, de facto, as duas atitudes, a da sociedade e a dos dirigentes educativos, neste momento convergem, e desta convergência nasceu o silêncio que labora para a desvalorização e mesmo, em alguns casos, para a extinção, de uma área do saber: aqui contribui-se para o descrédito social e cultural das humanidades, ali enuncia-se a modernidade e eficácia formativa de alternativas de maior sucesso educativo, acolá evoca-se a inutilidade de saber línguas para o exercício profissional, associa-se, por alturas de Setembro, o drama social dos professores com a casa às costas e ... suave, suavemente, num país que tem, pela primeira vez, uma geração que teve acesso à escola como sistema de massas, fica preparada a terra queimada de onde germinará, a custo modesto, o Novo Portugal, educado e tecnológico.

Mas as humanidades, como parte integrante das ciências humanas, partilham com as ciências exactas o destino de terem sido constantemente agredidas por sucessivos projectos pedagógicos e ímpetus de reforma cujos objectivos máximos têm sido, paradoxalmente, o de melhorar a oferta educativa e adequá-la às necessidades do mercado de trabalho actual, retirando o nosso país dos indigentes lugares que tem ocupado em vários rankings de literacia, e, por outro lado, o de combater outro flagelo nacional que é o das altas taxas de insucesso escolar. Um outro objectivo, mais oculto mas facilmente compreensível, prende-se com a necessidade de reduzir os gastos excessivos, o desperdício financeiro, aplicando melhor os recursos, humanos, técnicos e materiais, disponíveis. Nenhum destes objectivos é errado, e todos concordaremos facilmente que urge responder a esses desafios que têm, em grande parte, comprometido o desenvolvimento do nosso país.

Passemos à análise de documentos oficiais, que exprimem bem o estado moribundo em que se encontram as humanidades.

O decreto –lei nº 74/2004, publicado a 26 de Março no DR nº 73, I série instituiu uma nova organização da oferta curricular para o ensino secundário. No texto preambular (col. 1931-1932), afirma proceder a “uma reforma que constitui componente estratégica nuclear no âmbito de uma política de educação determinada em obter resultados (...) na formação e qualificação dos jovens portugueses para os desafios da contemporaneidade e

para as exigências do desenvolvimento pessoal e social¹. Para tal, potencia a diversidade e a qualidade das ofertas formativas (...) procurando adaptá-la quer às motivações, expectativas e aspirações dos alunos, quer às exigências requeridas pelo desenvolvimento do país. De acordo com estes princípios, a par do combate ao insucesso e abandono escolares, (...) pretende-se a superação das deficiências detectadas no ensino das ciências e da matemática (...). Há ainda a especial valorização da aprendizagem das tecnologias da informação e comunicação através da introdução do ensino obrigatório da disciplina de Tecnologias da Informação e Comunicação”.

O ensino secundário fica organizado em cursos científico-humanísticos, vocacionados para o prosseguimento de estudos de nível superior, cursos tecnológicos, orientados na dupla perspectiva da inserção no mercado de trabalho e do prosseguimento de estudos e cursos artísticos especializados, permitindo uma formação nas diversas áreas artísticas, vocacionados para a dupla perspectiva de inserção no mercado de trabalho e prosseguimento de estudos.

Fazem parte dos cursos científico-humanísticos:

1. Curso de Ciências e Tecnologias
2. Curso de Ciências Socioeconómicas
3. Curso de Ciências Sociais e Humanas
4. Curso de Línguas e Literaturas
5. Curso de Artes Visuais

Descrevemos, para confronto, a oferta ao nível dos cursos tecnológicos. Não descrevemos os cursos artísticos, nem do recorrente, nem do profissional, porque, no documento analisado, eles surgem sob a forma de matriz, a ser preenchida com base na oferta presente no meio escolar, potenciando a autonomia das escolas. Chamamos a atenção para a multiplicidade de ofertas, obedecendo ao objectivo de permitir aos alunos a frequência de vias alternativas ao ensino superior e de proporcionar formações médias envolvidas com as necessidades, locais e regionais, do mercado de trabalho:

1. Curso tecnológico de construção civil e edificações
2. Curso tecnológico de electrotecnia e electrónica

¹ O texto sublinhado transcreve citações do documento.

3. Curso tecnológico de informática
4. Curso tecnológico de design de equipamento
5. Curso tecnológico de multimédia
6. Curso tecnológico de marketing
7. Curso tecnológico de ordenamento do território e ambiente
8. Curso tecnológico de acção social
9. Curso tecnológico de desporto

Para os alunos do secundário, existe uma componente de formação geral que é idêntica para todos, com variação apenas no número de horas concedidas a esta formação, no caso do ensino recorrente e profissional. Esta formação geral compõe-se de:

Português (10º-12º anos)
Língua estrangeira (10º-11º)
Filosofia (10º-11º)
Educação física (10º-12º)
Tecnologias da informação e da comunicação (10º ano)
Têm todas uma carga horária de 2x 90 mm, ou seja três horas semanais.

A esta formação geral, acrescenta-se uma formação específica para cada curso, no número de quatro unidades curriculares escolhidas dentro de um leque de opções propostas de acordo com cada área escolar. A esta formação específica consagram-se três tempos de 90 minutos, ou seja, 4, 5 horas semanais.

Comparando com o *curriculum* do secundário anterior, constata-se que, em termos de orientação da oferta, o antigo grupo de ciências naturais se fundiu com o grupo de ciências e tecnologia para criar o curso 1, o de ciências e tecnologia. O grupo das artes visuais, tendo como disciplina fundamental a geometria descritiva, autonomizou-se do antigo curso das ciências e tecnologia. O grupo das ciências socioeconómicas permaneceu com a estrutura anterior.

O grupo das humanidades cindiu-se entre o grupo de ciências sociais e humanas, por um lado, e o grupo de línguas e literaturas. Sem pretendermos valorizar dramaticamente as palavras, não deixa de ser irónico que, nesta alteração da oferta curricular, o termo “humanidades” tenha deixado de ser empregue e que às áreas de estudos de “línguas e literaturas” e de “artes visuais” se não tenha associado o distinto termo de “Ciências”. À data da

instauração desta reforma curricular, tal até poderia fazer sentido de acordo com uma melhor orientação vocacional dos alunos².

As palavras empregues correspondem, no entanto, ao curso que os acontecimentos vieram a ter, pesarosos para toda uma área de estudos.

Vejamos agora a qualidade da oferta, nestes cursos, quanto às humanidades. Podemos falar de um empobrecimento da oferta em relação ao *curriculum* anterior:

O português: Só o curso de Línguas e Literaturas tem acesso a mais horas de conteúdos de Português, por via de duas disciplinas da formação específica, uma chamada Literatura Portuguesa, e uma outra, facultativa, chamada Literaturas de Língua Portuguesa, opção a poder funcionar no 12º ano. Para o grupo de ciências e tecnologias e artes visuais (e só para estes!), pode funcionar como opção uma disciplina, no 12º ano, chamada de Clássicos da Literatura.

As línguas estrangeiras: uma língua estrangeira entra na formação geral, durante dois anos do secundário. Depois, os cursos de Ciências Sociais e Humanas, de Ciências Socioeconómicas e de Línguas e Literaturas podem, em regime opcional, escolher uma segunda língua estrangeira. O ensino desta segunda língua estrangeira está dependente do “f) projecto educativo da escola”. A esta escolha acrescenta-se a possibilidade de optarem por esta frequência ser feita no 10º -11º ano, ou apenas no 12º ano. Salvo para os alunos Línguas e Literaturas, que fazem uma segunda língua estrangeira, para

² As consequências desta divisão da antiga área de estudos de humanidades em Ciências Sociais e Humanas por um lado e Línguas e Literaturas por outro teve consequências perniciosas ao nível da organização da oferta curricular que na altura não foram devidamente pensadas. Em primeiro lugar, o empobrecimento mútuo de duas áreas: os alunos de línguas e literaturas deixaram de ter acesso à disciplina de História, os de Ciências Sociais e Humanas deixaram de poder frequentar Literatura Portuguesa, ou uma segunda língua estrangeira no ensino secundário. Em termos de gestão escolar, duas áreas cientificamente próximas passaram a ser concorrenciais. E as escolas fizeram um exercício de racionalismo, ao privilegiarem a abertura do curso que, descendendo da área das humanidades, menos restringia a continuidade dos estudos a nível superior, melhor se adequava às aspirações de alunos e suas famílias, mais facilmente fugia do estigma de que “temos excesso de pessoas formadas em letras”. Daqui resultou uma distorção da oferta curricular a nível nacional, com o sacrifício das línguas e literaturas na maior parte das escolas secundárias, mesmo nas que tinham larga tradição e recursos consolidados para continuarem a fazer um bom trabalho.

além da formação geral, como disciplina nuclear da formação específica, é possível atravessar o ensino secundário frequentando apenas dois anos, com três horas semanais, de uma língua estrangeira.

A Filosofia: integra a formação geral para todos os cursos, no 10º e 11º ano, com um número de três horas semanais. Os alunos de Ciências Sociais e Humanas, de Ciências Socioeconómicas; Línguas e Literaturas e Artes Visuais podem ainda frequentá-la, como opção da formação específica, no 12º ano.

A História: É disciplina nuclear da formação específica dos cursos de Ciências Sociais e Humanas, ou seja, é ensinada durante os três anos do ensino secundário, num horário de 4,5 h por semana. Entra depois como opção para o 11º e 12º ano para os cursos de Ciências Socioeconómicas (História B) e, na variante de História da Cultura e das Artes, como opção do 11º e 12º ano para os cursos de Línguas e Literaturas e Artes Visuais.

O Latim: existe na formação específica, em regime opcional, para os alunos de Línguas e Literaturas. No total, o aluno pode frequentar dois anos (frequência bienal) 10º-11º ou 11º-12º. Pode ainda só fazer um ano (12º), ou pode, mediante as opções que se lhe colocam, nunca frequentar a disciplina. A carga horária é de 4,5 h por semana.

O Grego: Existe a possibilidade de os alunos Línguas e Literaturas frequentarem a disciplina no 12º ano, estando tal dependente de “f) projecto educativo da escola”.

Estes planos de estudo estão empenhados, de acordo com os princípios gerais do documento, em melhorar as competências dos portugueses nas tecnologias da informação e de comunicação. Desta forma consagram esta disciplina no grupo de formação geral, a ser frequentada durante o 10º ano.

Mas, para todos os cursos, existe a possibilidade de lhe dar continuidade, com o peso de 4,5 h semanais no 11º e 12º ano, com a frequência de Aplicações Informáticas B, disciplina que compete num grupo que integra, por exemplo, nas Línguas e Literaturas Literatura Portuguesa, Latim, História da Cultura e das Artes e Língua Estrangeira II.

Nesta oferta curricular, existem várias distorções: em primeiro lugar, apontamos o facto de, à excepção dos alunos Línguas e Literaturas, os estudantes do ensino secundário passarem praticamente incólumes ao estudo da Literatura Portuguesa, tendo em consideração que o programa de Português em vigor privilegia a “contemporaneidade”; os “contextos comunicativos” e as “tipologias de textos”.

Em segundo lugar, temos o peso reduzido concedido ao ensino das Línguas Estrangeiras. No tempo da Europa com vinte e cinco países, na escola pública, estuda-se menos línguas estrangeiras, e com menor carga horária, do que no tempo do “orgulhosamente sós!”. Não sabemos se o Ministério da Educação acreditou na *vox populi* de que “os portugueses têm muito jeito para línguas”. A verdade é que, segundo notícias recentes na nossa imprensa, os portugueses são quem menos interesse revela pela aquisição de competências numa língua estrangeira, e quem menos a procura. Baixo nível económico, baixas expectativas profissionais, país periférico, foram as razões indicadas, no caderno principal do *Expresso* de 22 de Abril de 2006, para este desinteresse pelas línguas estrangeiras. O papel fundamental da escola como promotora de cultura e correctora de assimetrias nem se menciona e, desta forma, ficamos todos informados de que quem quer saber bem uma língua estrangeira, que frequente, e que pague, uma escola privada do idioma pretendido.

Em terceiro lugar, temos a especialização restritiva de determinadas áreas do saber. Por exemplo, a História: um aluno de Línguas e Literaturas e de Artes Visuais (e se escolher a disciplina!) fica limitado ao panorama da História da Cultura e das Artes. Acaso a um aluno desta área não fará falta saber a data da Revolução Francesa, ou o contexto da independência americana? A verdade é que os alunos que pretendem seguir Línguas e Literaturas são tratados como uns seres exóticos, desligados do mundo, interessados em discutir o sexo dos anjos enquanto a cidade arde...O mesmo espartilhar existe na área das literaturas: a disciplina de Português, íntegra, embora não prioritariamente, textos literários de expressão portuguesa. Mas depois temos a Literatura Portuguesa, a Literatura de Expressão Portuguesa, os Clássicos da Literatura, oferecidas para públicos diversos e não convergentes.

Existem depois disciplinas disseminadas pelas opções que geram perplexidade neste nível de estudos e com peso horário anual de 4,5 h: Aplicações Informáticas, Ciência Política, Antropologia, Oficina Multimédia, Materiais e Tecnologias. Sem discutir a relevância formativa destes saberes, partilhamos, com humildade, a seguinte reflexão: Num momento em que se verifica, no ensino superior, um esforço de valorizar os saberes transversais, de unificar e simplificar as formações no sentido de as tornar mais claras e de facultar a circulação inter-institucional e intra-institucional dos estudantes, sendo esta tendência estimulada pela tutela política tendo em conta a adequação aos acordos de Bolonha, a que se deve o movimento precisamente inverso, para uma faixa etária em que fazia todo o sentido definir saberes

essenciais e dedicar esforço à sua consolidação, como é a do ensino pré-universitário? Perguntamos se fará sentido impor a jovens de 14 anos uma escolha precoce que condiciona o seu percurso vocacional com base numa divisão de saberes artificiosa e tecnicista, ainda mais quando o aluno optou pela frequência de um curso “de formação geral”.

As áreas de estudos que envolvem teoria, abstracção, leitura e exercícios de treino são as mais sacrificadas, ou seja, as ciências exactas e as humanidades encontram-se num plano muito secundarizado. Assim, a oferta curricular do ensino secundário engloba cento e vinte e oito disciplinas. Destas, vinte e sete podem ser classificadas como correspondendo à área das Línguas, Literaturas e Ciências Sociais, ou seja, às humanidades. Vinte e nove incluem-se dentro do grupo das ciências exactas. As restantes dizem respeito à área das técnicas e envolvem um número muito variado de disciplinas começadas pelo termo “Técnicas...”; “Aplicações...”; “Práticas...”; “Oficina...”, algumas de conteúdo recorrente, sobretudo no que diz respeito ao novo mundo da informática.

Ainda que se pretenda criar caminhos profissionalizantes, alternativos ao ensino superior, não estaremos a comprometer a aquisição de saberes nucleares, ligados à literacia, ao bem pensar, ao bem funcionar? Não estaremos a comprometer o “direito a saber” dos nossos alunos, com um excessivo ênfase no domínio das técnicas e da relação operativa com o mundo do quotidiano?³

A este panorama apreensivo, acrescentemos mais alguns dados oficiais, que são os da distribuição nacional efectiva das áreas de estudo citadas, de acordo com a publicação oficial do Recenseamento Escolar 05/06⁴:

-Há, em Portugal, 59691 alunos dos cursos científico-humanísticos a frequentar o 10º ano no ensino público. Destes, 37497 estão matriculados em Ciências e Tecnologias. 4690 frequentam o curso de Ciências Socioeconómicas. 12150 frequentam as Ciências Sociais e Humanas. 4481 frequentam Artes Visuais. 873 frequentam o Agrupamento de Línguas e Literaturas. Nas escolas da região centro, há 194 alunos inscritos nesta área de estudos.

³ Estes dados foram recolhidos na página oficial do Ministério da Educação (<http://www.min-edu.pt>) link Direcção Geral de Inovação e do Desenvolvimento Curricular, e no Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (www.giase.min-edu.pt).

⁴ *Recenseamento Escolar 05/06*, GIASE, Direcção de Serviços de Estatística, Dezembro de 2005, p. 100-102.

- Há, em Portugal, 52029 alunos dos cursos científico-humanísticos a frequentar o 11º ano do ensino público. Destes, 32059 frequentam o curso de Ciências e Tecnologias. 5144 frequentam o curso de Ciências Socioeconómicas. 9418 frequentam o curso de Ciências Sociais e Humanas. 4390 frequentam Artes Visuais. 1018 frequentam Línguas e Literaturas.

- O 12º ano de escolaridade ainda funciona de acordo com o plano dos cursos gerais. Neste sentido, temos 63434 alunos matriculados no 12º ano. 41325 frequentam a área científico-natural. 4950 frequentam Artes. 7660 frequentam o curso económico-social e 9499 humanidades.

Nesta distribuição, podemos ver que a expressão numérica do grupo de humanidades, no 12º ano, beneficia do facto de incluir as duas áreas que, no plano actualmente em vigor, está cindida em Ciências Sociais e Humanas e Línguas e Literaturas. Mas consideramos os dois números produzidos no quadro da reforma curricular, referentes ao número de inscritos em Línguas e Literaturas no 10º e 11º ano perturbador e desproporcionado, tendo em conta as futuras necessidades vocacionais do país⁵.

Mas a orientação da oferta escolar também se faz, como é salientado pelos princípios gerais do Decreto-lei da revisão curricular em vigor, "de acordo com as expectativas e motivações dos alunos...". Ou seja, este quadro calamitoso pode reproduzir a vontade dos educandos. Assim, são muito excepcionais os casos em que a rede da oferta escolar actual para o ensino secundário inclui o curso de Línguas e Literaturas. Há capitais de distrito, como Guarda, Viseu e Castelo Branco que não oferecem, nos seus agrupamentos escolares, este curso⁶. Áreas geográficas alargadas, como são as da região da Serra da Estrela, com os concelhos de Seia, Gouveia, Nelas, Oliveira do Hospital, Arganil e Manteigas, não fornecem Línguas e Literaturas na sua oferta⁷. Há, por isso, uma descoordenação, uma ineficácia e uma

⁵ Deixámos de precisar de pessoas que conheçam línguas estrangeiras? Deixámos de precisar de pessoas com um conhecimento profundo da língua materna e das suas manifestações, comunicativas e artísticas? Deixámos de precisar de poetas e de escritores?

⁶ Não possuímos dados objectivos e absolutamente incontestados desta situação. Este apuramento resultou de uma consulta caso a caso, pelas escolas da região centro. Procedemos a um pedido de consulta personalizada ao GIASE, e aguardamos a resposta, que divulgaremos no próximo *Boletim*.

⁷ Cada reforma curricular gera ondas de choque cujo estudo os grandes timoneiros destes planos não prevêem. Imaginemos os recursos humanos que, em dois anos, se tornaram excedentários. Assim, é fácil passar a mensagem de que "temos

negligência dos agrupamentos escolares, e, em última instância, das Direcções Gerais de Educação, no sentido de garantirem, como entidades obrigadas ao serviço público, o exercício da liberdade de escolha e da realização académica e profissional.

Podíamos pensar, entretanto, que estando as humanidades pouco representadas, em quantidade, nos *curricula* do ensino secundário e na distribuição da oferta escolar em termos espaciais, estas poderiam, no entanto, primar pela qualidade desta representação, e isso nos consolaria um pouco mais.

E tivemos o cuidado de percorrer os programas da área de Português, presente na formação geral, bem como os de Clássicos da Literatura; Literatura Portuguesa, Literatura de Expressão Portuguesa e História da Cultura e das Artes, para ver o modo como reflectem a transmissão dos valores das humanidades, e de que modo poderiam contribuir para a preservação de uma área de estudos residual. São disciplinas que atravessam pontualmente a oferta escolar, como centelhas numa noite escura. E surpreendamo-nos novamente:

-O programa de Português presente na formação geral tem sido alvo de críticas por parte de largos sectores da comunidade educativa. Citamos a professora Maria do Carmo Vieira, que tem vindo a público, nos jornais, na televisão, na *internet*⁸, denunciar o tecnicismo, a pobreza de conteúdos e de objectivos, a despromoção do sentido de norma e da literatura como expressão sublime da língua materna. Deixamos esta pérola de redacção do mesmo, quanto aos fundamentos da avaliação do programa de Português:

“Em suma, a avaliação em Português deve gerar uma dinâmica processual coerente com todo o processo do ensino-aprendizagem que passe pela perspectiva de consciencialização e participação, zeze, em termos de eficiência, pela validade e relevância e busque melhorias para promover mudanças”⁹.

professores a mais, sobretudo nas áreas das Línguas e Literaturas”. É, no entanto, fácil ver que as mudanças curriculares mal estudadas contribuem para o desperdício de recursos humanos.

⁸ <http://www.petitiononline.com/mercurio>.

<http://www.ensino.sapo.pt>.

⁹ Ministério da Educação, Departamento do Ensino Secundário, *Programa de Português 10º, 11º, 12º. Anos, Cursos Científico-humanísticos e Cursos Tecnológicos*, Maria da Conceição Coelho (coord.), p. 32 (*ipsis uerbis*).

Perguntamos aos professores de Português, certamente a maioria dos leitores, se quando avaliam os seus alunos põem em prática este “dever”. Se não o fazem, saibam que não estão a cumprir a súmula da avaliação da disciplina de Português.

O programa de Clássicos da Literatura, opção para o 12º ano de alguns cursos científico-humanísticos¹⁰, fala, logo na 1ª página, no objectivo de “conhecerno-nos no que nos aproxima e no que nos distingue é tarefa fundamentaladora da **identidade europeia**”. E, na pp. 3, “promover o conhecimento do património literário europeu”. Na visão geral dos temas e conteúdos, surge a seguinte orientação (sic):

“dada a faixa etária dos estudantes visados, as competências pressupostas para o convívio com o texto literário e conhecido o elevado grau de dificuldade de contacto com o texto antigo, limitamos o *corpus* de trabalho da disciplina aos clássicos europeus em línguas vernáculas, privilegiando aquilo que se poderá designar por clássicos modernos, isto é, aqueles que se afirmam a partir do crepúsculo da Idade Média e dos alvares do Renascimento até à contemporaneidade. Esta opção decorre também da acessibilidade aos textos: os clássicos europeus mais antigos, e nem se precisa de recuar aos fundamentos greco-latinos, estão muito pouco traduzidos. Aliás, mesmo a escolha de clássicos mais próximos de nós é, também ela, condicionada pela complexa situação da tradução dos clássicos em Portugal, sobretudo em função da existência ou não de uma tradução e de uma tradução com uma qualidade aceitável. Isto independentemente da disponibilidade prévia dos títulos no mercado”.

Há, neste texto, uma série de pressupostos inexactos:

Não há falta de tradução de clássicos em Português. Há, pelo menos, desde há quatro décadas, o esforço de academias universitárias espalhadas pelo país que têm produzido, a ritmo constante, traduções de obras literárias clássicas. O mesmo programa fornece a escapatória, com um argumento sibilino: “...bem, até pode haver traduções, mas de qualidade aceitável...”.

¹⁰ Ministério da Educação, Departamento do Ensino Secundário, *Programa de Clássicos da Literatura*, Isabel Pires de Lima coord., 2004.

Não é preciso dizer mais quanto ao modo como a nossa elite educativa e cultural (foi coordenadora da elaboração deste programa a nossa actual ministra da Educação) vê o mundo das humanidades clássicas. Por outro lado, como se pretende reflectir sobre a identidade europeia, passando ao lado de Homero, de Virgílio, da Bíblia?

Consideramos também factor de grande constrangimento a previsão das competências dos alunos e o modo como, conscientes desta previsão, se estabelecem programas tão ousados: Pretende-se que eles leiam excertos de *O jogador* de Fiodor Dostoievsky, mas começa-se por dizer que “dada a faixa etária dos alunos”, não se pressupõem grandes competências, e que se sabe que eles têm um elevado grau de dificuldade no contacto com o texto antigo. Trata-se, no entanto, de uma disciplina terminal do ensino secundário, frequentada como opção. O modo como o programa de uma disciplina terminal do ensino secundário assimila, nos seus pressupostos, as previsões das dificuldades dos alunos, mostra como se cumpre aquela máxima do “nivelamento por baixo”.

Passaram dois anos desde a reforma curricular do ensino secundário. Muitos de nós intuíram que a mesma poderia trazer por decreto a morte de uma área de saber, associada à cumplicidade e ao silêncio de um país que, orgulhoso dos seus centos de história e fronteiras fixas, bule ao primeiro vento, julga que avança quando apenas dá saltos, adere ao superficial e recusa viver em paz com o seu património cultural.

PAULA BARATA DIAS